

ENÉIAS RODRIGUES MACHADO

**A APLICAÇÃO DA PENA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ
COMO SANÇÃO À VIOLAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA
JUSTIÇA ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL.**

Piracicaba, SP

2012

ENÉIAS RODRIGUES MACHADO

**A APLICAÇÃO DA PENA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ
COMO SANÇÃO À VIOLAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA
JUSTIÇA ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL.**

Orientador: Prof. Dr. **HENRIQUE MACEDO HINZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Direito) da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação do Professor Doutor Henrique Macedo Hinz.

Núcleo: Estudos de Direito e Relações Internacionais

Piracicaba, SP

2012

**A APLICAÇÃO DA PENA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ COMO SANÇÃO À
VIOLAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA JUSTIÇA ENQUANTO DIREITO
FUNDAMENTAL.**

Autor: Enéias Rodrigues Machado

Orientador: Prof. Dr. Henrique Macedo Hinz.

B A N C A E X A M I N A D O R A

29/06/2012

Prof. Dr. Henrique Macedo Hinz
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Alexandre Augusto Gualazzi
Membro

Profa. Dra. Luciana Caplan
Membro Convidado

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho somente foi possível graças às bênçãos de Deus, bem como aos muitos colaboradores diretos ou indiretos, dos quais sou eterno devedor. Agradeço a todos e, em especial:

Ao Professor Doutor **Henrique Macedo Hinz**, pela orientação precisa e dedicada, e mais do que isso, pela oportunidade do convívio e troca de informações, sem nunca esquecer o direito e seu contexto na questão social;

Aos professor doutor **Alexandre Augusto Gualazzi** e **Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis**, pela valiosa contribuição quando de minha Banca de Qualificação, sendo seus apontamentos e sugestões de grande valia para o aperfeiçoamento desta dissertação;

À Professora Doutora **Luciana Caplan**, pelo aceite em participar como membro convidado em minha defesa pública de dissertação de Mestrado em Direito, tendo o autor desde já a certeza de que suas considerações serão muito úteis para meu aperfeiçoamento acadêmico;

Agradeço também a todos os **professores do Curso de Mestrado em Direito da Unimep**, profissionais dedicados e com profundo conhecimento em suas respectivas áreas de concentração, demonstrando o nível de excelência do referido curso;

Às secretárias do Setor de Pós-Graduação da Unimep, **Dulce Helena dos Santos** e **Sueli Catarina Verdichio Quiles**, pela amizade, disposição, competência, e simpatia no atendimento ao alunado em geral;

Ao secretário da Faculdade de Direito da Unimep, **Norberto Salvagni**, pela colaboração no tratamento estético desta pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para que eu conseguisse chegar a este estágio de meu Curso de Mestrado em Direito.

Muito obrigado!!

DEDICATÓRIA

Aos meus pais:

Antonio Machado Neto e Elízia Rodrigues Machado,

por serem exemplos de vida e meus melhores amigos, incentivando-me a continuar trilhando o caminho do saber e sacrificando-se para que eu pudesse ter um futuro melhor por intermédio dos estudos, transmitindo-me inúmeros valores positivos, os quais levarei até o fim dos meus dias

À minha esposa:

Luciane Calixto Machado,

mulher da minha vida, com quem sinto segurança, afeto, e com quem percebi nitidamente que vida só vale a pena quando existe amor;

Ao meu filho:

Nicholas Calixto Machado,

verdadeira expressão do amor existente em minha sociedade conjugal, que veio ao mundo para tornar a mim e a minha esposa pessoas mais completas e felizes;

dedico este trabalho!!

SOLILÓQUIO

A má-fé não configura apenas a ausência de ética. Ela vai mais além, pois diz respeito à falta de bons valores e materializa um apego desnecessário ao tão famigerado “jeitinho brasileiro”.

(autor desconhecido)

RESUMO

A litigância de má-fé no processo civil – e em outras áreas processuais – configura fenômeno nocivo ao bom andamento processual, além do que atrapalha o desempenho da Justiça enquanto direito fundamental do cidadão. Dessa forma, este trabalho visa abordar o tema em questão, sendo que para isso faz primeiramente um passeio pelo conceito de litigante processual de má-fé para, em seguida, abordar os deveres dos litigantes. Outrossim, também apresenta a hipótese de litigância de má-fé, bem como finaliza a fundamentação teórica apresentando a sanção a referida litigância como instrumento de garantia ao direito fundamental de Justiça. Também apresenta algumas considerações finais a respeito do tema estudado, bem como inclui as referências que permitiram a consecução do trabalho.

Palavras-chave: Direito processual; Direitos fundamentais; Litigância de má-fé.

ABSTRACT

The litigation in bad faith on the civil cases - and in other procedural areas - sets phenomenon harmful to the proper conduct of procedure, and that hinders the performance of Justice as a fundamental right of the citizen. Thus, this paper aims to walk the issue at hand, and for that first makes a stroll through the concept of procedural disputing in bad faith, then address the obligations of the litigants. Moreover, also presents the possibility of bad faith, and concludes by presenting the theoretical sanction to such litigation as a tool to guarantee the fundamental right to justice. Also presents some final thoughts on the subject studied, and includes references that allowed the achievement of the work.

Keywords: Procedural law; Fundamental rights; Litigation in bad faith.